
Nos termos dos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, doravante designado por CCP convida-se V. Ex.a a apresentar proposta para **"Aquisição de serviços de vigilância de instalações municipais para o ano 2021"**, de acordo com as características constantes na Parte II do caderno de encargos.

1 - Entidade adjudicante: Município de Amarante, NIF 501 102 752, pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, com sede na Alameda Teixeira de Pascoes, 4600-011, Amarante, geral@cm-amarante.pt / www.cm-amarante.pt.

2 - Órgão responsável pela decisão: Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

3 - Tipo de procedimento: Consulta prévia nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

4 - Documentos que integram a proposta:

- a) Declaração do concorrente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
- b) Proposta de preço (IVA excluído) com indicação do preço total;
- c) Cópia da certidão permanente;

4.1 - Os documentos apresentados devem ser assinados pelo representante legal do Concorrente, ou por Procurador com poderes para o obrigar.

4.2 - Sempre que a assinatura dos documentos seja realizada por Procurador, juntar-se-á procuração que confira expressamente a este último poderes para o efeito, reconhecida e certificada por entidade com poderes para tal.

5 - Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, n.º 1 do artigo 58.º do CCP.

6 - Prazo para apresentação da proposta: Até às 23h59m do 5.º dia a contar da data da publicação do procedimento na plataforma [acingov](http://www.acingov.pt).

7 - Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que a acompanham devem, nos termos do art.º 62.º do Código dos Contratos Públicos, ser enviados através da plataforma eletrónica para www.acingov.pt.

7.1 - Os Concorrentes deverão assinar eletronicamente, e de forma individualizada, todos os documentos carregados na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7.2 - Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

8 – Não é permitida apresentação de propostas variantes.

9 - Critério de adjudicação: O da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade de mais baixo preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, considerando que as características definidas no caderno de encargos se encontram suficientemente precisas e explícitas.

10 - O critério de desempate nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP é a elaboração de sorteio a realizar em data e hora a indicar e após a convocação expressa dos concorrentes.

11 - Caução: Não é exigível a prestação de caução.

12 - Prazo para apresentação de documentos: O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de **5 dias**, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 86º do CCP, fixa-se em 2 dias o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

13 - As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14 - O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela prestação de serviços, no presente procedimento é de **26.155,32 € (vinte e seis mil, cento e cinquenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

15 - Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- c) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do diploma Lei 89/2017 de 21 de agosto.

16 - Anexa-se Caderno de Encargos.